

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 10.<sup>a</sup> edição), julgue os seguintes itens, relativos ao patrimônio público, aos elementos que o compõem e a suas variações.

- 51** O resultado patrimonial de determinado período consiste na diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas apurada na demonstração do resultado do exercício.
- 52** As variações patrimoniais da receita pública não podem ser reconhecidas antes da arrecadação.
- 53** O ativo permanente compreende os bens, créditos e valores cuja expectativa de realização seja superior a doze meses, contados da data das demonstrações contábeis.
- 54** Uma obrigação que, ao ser extinta, não ocasione a saída de recursos da entidade não deve ser registrada como passivo.

Julgue os seguintes itens, relativos à mensuração de ativos de acordo com o MCASP (10.<sup>a</sup> edição).

- 55** No caso de um ativo imobilizado com valor contábil, líquido de depreciações, de R\$ 1 milhão, valor justo líquido de despesas de venda mensurado em R\$ 1,1 milhão e valor em uso estimado em R\$ 800 mil, deve ser reconhecida perda por redução ao valor recuperável de R\$ 200 mil.
- 56** Custos com fretes e manuseio de equipamentos que serão instalados devem estar contidos na mensuração de um ativo imobilizado.
- 57** Os gastos realizados com a fase de pesquisa devem ser reconhecidos e mensurados no ativo intangível, uma vez que demonstram a geração de benefícios econômicos futuros para a administração.
- 58** A utilização do método de depreciação da soma dos dígitos implica maior depreciação inicial e menor depreciação final em comparação ao método das cotas constantes aplicado ao mesmo bem, considerando-se a mesma vida útil.

Acerca de provisões e passivos contingentes, julgue os próximos itens.

- 59** Como o reconhecimento de uma provisão implica o lançamento de uma variação patrimonial diminutiva, quando a obrigação passa a ter prazo e valor definidos e este é menor que o da provisão lançada, deve-se reconhecer uma variação patrimonial aumentativa simultaneamente ao registro da obrigação.
- 60** É possível reconhecer no passivo contingente eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

Acerca do sistema de custos no setor público, julgue os seguintes itens.

- 61** A granularidade da informação de custos no setor público exige que o sistema de custos seja capaz de produzir informações em diferentes níveis de detalhamento, por meio da geração de relatórios variados, sem comprometer a comparabilidade das informações.
- 62** A estrutura da informação de custos no setor público requer a integração das dimensões física e financeira, sendo os sistemas estruturantes, como o SIAFI, utilizados para dados financeiros e o SIAPE, para dados físicos e financeiros, o que permite uma apropriação precisa dos custos dos produtos e serviços.
- 63** No método de custeio por absorção, os custos diretos e indiretos são alocados aos centros de custos, usando-se métodos diretos e objetivos no rateio dos custos, sem margem para arbitrariedades ou subjetividade.
- 64** A definição dos objetos de custos é uma responsabilidade intrínseca à própria organização, e tais objetos podem incluir unidades organizacionais, produtos, serviços ou programas, sendo essenciais para a correta alocação e classificação das origens dos custos.

Em relação ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue os itens a seguir.

- 65** São exemplos de atividades de financiamento os recebimentos de caixa por contratos futuros, a termo, de opção e *swap*, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou disponível para venda.
- 66** De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 10.<sup>a</sup> edição), os títulos de ingressos e desembolsos de ativos e passivos são evidenciados no balanço financeiro.
- 67** O PCASP promove a segregação das informações orçamentárias e patrimoniais, assegurando que registros orçamentários e patrimoniais sejam independentes; além disso, exige que as variações patrimoniais sejam registradas pelo regime de competência e inclui procedimentos como reavaliação e redução ao valor recuperável, conforme as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público.

Julgue os itens subsequentes, relativos a despesas e receitas públicas.

- 68** A classificação da receita para apuração do resultado primário, cujo objetivo é facilitar a apuração do resultado primário da União, dos estados, do DF e dos municípios, é obrigatória para todos os entes da Federação.
- 69** O registro da previsão inicial da receita orçamentária na lei orçamentária anual (LOA) implica o lançamento de uma conta com natureza orçamentária, sem que seja realizado, nessa oportunidade, qualquer lançamento contábil em contas de natureza financeira de forma concomitante.
- 70** O lançamento contábil a seguir é realizado no estágio da despesa em que se reconhece o direito adquirido pelo credor.

Natureza da informação: orçamentária  
D 6.2.2.1.3.01.00 Crédito Empenhado a Liquidar  
C 6.2.2.1.3.03.00 Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

- 71** Segundo as normas de classificação das despesas públicas, define-se como material de consumo aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde normalmente sua identidade física e cuja utilização é limitada a três anos.

Julgue os próximos itens, relativos a execução orçamentária e financeira, regime contábil, análise de balanços e intangíveis, de acordo com o MCASP (10.<sup>a</sup> edição).

- 72** No balanço orçamentário, se a receita corrente prevista superar a receita corrente executada, haverá déficit corrente; se a receita de capital executada for maior que a receita de capital prevista, haverá superávit de capital.
- 73** No momento da ocorrência do fato gerador do IPTU, é lícito proceder ao registro contábil do direito a receber, em contrapartida de variação patrimonial aumentativa (VPA), em contas contábeis de natureza patrimonial.
- 74** O regime contábil adotado para a receita pública no Brasil é o de caixa, devendo-se registrar somente ativos decorrentes de fatos geradores de receitas em razão da ocorrência do efetivo ingresso dos recursos nos cofres públicos.
- 75** No setor público brasileiro, os ativos intangíveis devem ser amortizados ao longo de uma vida útil definida de, no máximo, 10 anos.

Relativamente ao conceito, objetivos e finalidades da contabilidade, julgue os itens que se seguem.

- 76** Contabilidade é a ciência social que estuda e sistematiza os princípios de tomada de decisão sobre recursos disponíveis ao gerenciamento organizacional.
- 77** Contribuir para a tomada de decisão sobre comprar, vender ou manter instrumento de patrimônio e de dívida das entidades é um dos fins da contabilidade.

Em relação ao patrimônio do ente contábil, julgue os itens a seguir.

- 78** Representação gráfica patrimonial é o mesmo que balanço patrimonial.
- 79** É dispensável que determinado bem ou direito seja de propriedade do ente contábil para ser caracterizado como elemento patrimonial do seu ativo, mas é obrigatório que esse item seja capaz de gerar benefícios econômicos para essa mesma entidade.

Julgue os itens subsequentes, a respeito dos atos e fatos administrativos.

- 80** A compra de um item patrimonial, parte à vista e parte a prazo, com juros embutidos no preço, é um exemplo de fato administrativo misto.
- 81** A baixa de um título de crédito considerado incobrável em conta de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito constitui fato administrativo permutativo, pois conserva a substância líquida patrimonial.

Acerca do plano de contas contábil e das contas que o integram, julgue os próximos itens.

- 82** O exemplo abaixo apresenta a conta contábil, expressa por um código numérico e seu literal, e o funcionamento da conta.

1.1.1.90.00-2  
Título: CAIXA

(...)

registrar o numerário existente, em moeda corrente nacional, de propriedade do grupo de consórcio, destinado a depósito em instituição financeira.

- 83** Contas de débito são contas típicas do ativo e das despesas; contas de crédito são tipicamente usadas para expressar itens do passivo e das receitas.
- 84** Plano de contas é como a ciência contábil denomina ao rol de contas, credoras, devedoras ou de dupla natureza, representadas, cada uma delas, por um código numérico e por uma parte literal que explica sua finalidade.
- 85** Em contabilidade, conta pode ser entendida como a expressão total ou parcial de um fenômeno ou de uma série de fenômenos patrimoniais, passados ou não.

A respeito da demonstração de resultados do exercício (DRE), julgue os itens a seguir.

- 86** Para que da DRE seja possível concluir se houve lucro ou prejuízo em determinado período de tempo, bem como analisar detalhadamente a parte econômica do negócio, deve-se adotar o regime de caixa.
- 87** As entidades que classificarem os gastos por função devem divulgar informação adicional sobre a natureza das despesas, incluindo-se as despesas de depreciação e de amortização e as despesas com benefícios aos empregados.
- 88** A DRE consiste na apresentação, em forma resumida, das receitas e despesas decorrentes das operações realizadas pela empresa durante o exercício social, com o objetivo de demonstrar a formação do resultado líquido do período.
- 89** Da receita líquida deduz-se o custo total correspondente a vendas e serviços e obtém-se o resultado líquido.
- 90** As despesas financeiras devem ser tratadas como resultado operacional.

A respeito do conceito de ativo conforme o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue os itens a seguir.

- 91** Há situações em que não ocorre a associação entre gastos incorridos e a geração de ativos.
- 92** O conceito de recurso econômico, base para o conceito de ativo, envolve somente dois aspectos: direito e potencial de produzir benefícios econômicos.
- 93** O benefício econômico futuro refere-se ao potencial de contribuição — seja ela direta ou indireta — para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa da entidade.
- 94** Os ativos de uma empresa representam direitos de utilização de riqueza e, em alguns casos, representam somente direitos parciais.
- 95** São exemplos de ativo as máquinas, os estoques e o depósito judicial.
- 96** A manutenção em segredo de um *know-how* que uma empresa controle impede que ele seja classificado como ativo.

No que se refere ao conceito de receita, para fins da elaboração da DRE, julgue os itens a seguir.

- 97** O objetivo da DRE é fornecer aos usuários das demonstrações contábeis da empresa as informações essenciais sobre a formação do resultado do exercício, que evidencia o desempenho da entidade.
- 98** A receita de venda é contabilizada por ocasião da transferência do controle, e não quando de seu recebimento.
- 99** As receitas representam os aumentos nos ativos, ou redução nos passivos, cujo resultado aumenta o patrimônio líquido, exceto as contribuições dos detentores de capital.
- 100** Usualmente, adota-se o método dedutivo na apresentação das receitas, apresentando-se inicialmente as receitas da entidade e, posteriormente, as despesas.

No que se refere à *compliance* aplicada à gestão pública, julgue os itens a seguir.

- 101** São aplicáveis ao contexto de *compliance* na gestão pública brasileira somente as normas nacionais.
- 102** A implementação de programas de *compliance* na gestão pública visa garantir a conformidade com leis e regulamentos, no sentido de serem prevenidos e detectados atos de corrupção.

Em relação a auditoria governamental, controle interno, planejamento de auditoria e gestão de riscos no setor público, julgue os itens seguintes.

- 103** A implementação de um sistema eficaz de gestão de riscos permite não apenas a mitigação de riscos, mas também a identificação de oportunidades que possam agregar valor à organização pública.
- 104** O controle interno inclui políticas e procedimentos implementados pela administração para assegurar a confiabilidade dos relatórios financeiros e a conformidade com leis e regulamentos.
- 105** O planejamento de auditoria baseado em risco deve considerar a relevância e a materialidade dos riscos, bem como os riscos inerentes aos processos auditados.
- 106** O risco inerente é aquele que permanece mesmo após a implementação de controles internos para mitigação dos riscos identificados.
- 107** A auditoria de regularidade tem como objetivo principal a avaliação da eficiência e da eficácia das operações de um órgão público.

Acerca de testes de auditoria e do escopo e da materialidade no plano de auditoria, julgue os itens a seguir.

- 108** O escopo da auditoria pode ser ajustado durante o processo de auditoria caso novos riscos ou informações relevantes sejam identificados.
- 109** Relevância e materialidade são conceitos sinônimos no contexto da auditoria, não havendo distinção entre eles.
- 110** Os testes de auditoria incluem procedimentos como exame documental, inspeção física, conferência de cálculos e entrevistas.

A respeito das evidências de auditoria, da caracterização de achados e de procedimentos de auditoria, julgue os próximos itens.

- 111** Achados de auditoria são sempre considerados graves, pois se caracterizam pela identificação de desvios ou deficiências em relação aos critérios estabelecidos.
- 112** A matriz de responsabilização é utilizada para documentar a responsabilidade dos gestores e servidores pelos achados identificados, não sendo obrigatória em todos os tipos de auditoria.
- 113** A circularização é um procedimento utilizado para confirmar saldos e transações diretamente com terceiros, garantindo a integridade dos registros contábeis.

Julgue os itens subsecutivos, referentes à comunicação dos resultados de auditoria, ao monitoramento das recomendações de auditoria e aos relatórios de auditoria.

- 114** A documentação da auditoria inclui todos os papéis de trabalho, evidências coletadas e conclusões alcançadas durante o processo de auditoria.
- 115** A efetividade do monitoramento das recomendações de auditoria pode ser avaliada por meio de auditorias subsequentes ou revisões específicas.
- 116** O relatório de auditoria deve ser elaborado apenas no final do processo de auditoria, sem necessidade de comunicações intermediárias com a entidade auditada no curso desse processo.

Considerando as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) — Níveis 1, 2 e 3 —, julgue os itens que se seguem.

- 117** Os auditores do setor público não se submetem aos mesmos padrões de ética aplicáveis aos auditores do setor privado, devido às diferenças nas suas funções.
- 118** A independência e a objetividade dos auditores podem ser comprometidas se eles forem designados para auditar entidades nas quais tenham desempenhado funções gerenciais anteriormente.

Enquanto conduzia uma auditoria em um órgão público estadual do Acre, um auditor de controle externo do TCEAC encontrou várias irregularidades em contratos de licitação. Agora, ele está na fase de documentação dos achados de auditoria e preparação do relatório final.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 119** Se o auditor encontrar resistência do órgão auditado para fornecer documentos necessários, ele poderá concluir a auditoria com base nas informações disponíveis, sem mencionar em seu relatório as dificuldades encontradas.
- 120** O auditor deve documentar detalhadamente todas as evidências coletadas, mesmo aquelas que não sustentem diretamente suas conclusões, para garantir a transparência do processo de auditoria.